

ENTRE O PRESCRITO E O REAL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DO BATALHÃO DE CHOQUE DO CEARÁ E O ADOECIMENTO

Rebeca Moreira Rangel – Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade,
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE;
Agência financiadora: CAPES

João Bosco Feitosa dos Santos - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE.

Grazielle Rodrigues Pereira – Graduação em Ciências Sociais (bacharelado),
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-Ce

Resumo: O presente estudo teve como objetivo, problematizar a relação entre trabalho e adoecimento dos policiais do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Ceará, os quais atuam de forma diferenciada e complexa em relação aos demais Batalhões. A partir do pensamento de Jacques Christophe Dejours, Michel Foucault e Jacqueline Muniz refletimos acerca das disparidades entre o prescrito e o real do trabalho, as relações e os vínculos no que se refere ao reconhecimento profissional e às relações de poder desse “fazer policial”. A pesquisa, realizada no decorrer do ano de 2013, adotou uma metodologia quanti-qualitativa, a partir da utilização de observações diretas e entrevistas semiestruturadas, além de visitas à Perícia Médica do Estado e a Associações policiais. Desse modo, observamos como as cobranças de habilidade de improvisação, iniciativa, criatividade e bom discernimento no serviço geram riscos à saúde desse efetivo policial. Concluímos assim, que o policial sofre por conta da falta de compreensão e reconhecimento da sociedade, além da falta de investimento por parte do Estado, permanecendo sem voz, por trás da instituição.

Palavras-chave: Polícia Militar. Trabalho. Adoecimento.

INTRODUÇÃO

Buscamos entender a partir dessa pesquisa, como se constitui a atividade policial, com suas especificidades, sua organização disciplinar e hierárquica e seu “saber fazer” específico e perigoso. Nesse contexto, nos delimitamos em tentar compreender como se dá a relação entre os riscos do trabalho e o adoecimento, não se limitando aqui aos riscos físicos, mas principalmente psicológicos.

Segundo Holanda (1987), o trabalho do policial militar no Brasil surgiu a partir do conceito de polícia francesa, a qual apresentava como características principais a ostensividade e a rigidez de normas e condutas, o que se estende até os dias atuais.

A Polícia Militar traz em suas raízes fortes influências das forças armadas, principalmente do Exército, que pode ser percebido pela própria estruturação da instituição, pela hierarquia, pelos uniformes, pelas normas, além do próprio nome: Polícia Militar.

O trabalho do policial militar sofreu mudanças no decorrer de seu processo histórico, porém nunca mudou as bases de seu funcionamento. Definido na categoria de

serviço, o trabalho policial apresenta como produto a proteção dos sujeitos e manutenção da ordem social. O interessante é que quanto melhor é realizado seu trabalho, menos ele é percebido socialmente, pois caso ele execute suas funções plenamente, a ordem será mantida.

É concebido como um trabalho regulamentado por normas bastante rígidas, representadas pelo Código Disciplinar da instituição, o qual define as atribuições das mais simples às mais complexas, além de conter também as punições atribuíveis nos casos de descumprimento das normas.

Por outro lado é cobrado desse mesmo sujeito flexibilidade e criatividade para lidar com o dia-a-dia de suas atividades, apresentando-se sempre disponível, apto e disposto a executar suas atividades da melhor forma para cada situação.

E é a partir daí que buscamos compreender o que é a atividade policial, propondo contrapor o prescrito e o real desse trabalho, o que é esperado dele na teoria, mas também na prática, e quais as repercussões dessas contradições na sua vida e na sua saúde.

Objetivamos também perceber como se dão as relações e os vínculos dentro do trabalho, no que se refere ao reconhecimento profissional e às relações de poder, as quais segundo Dejours (2011), também podem gerar adoecimento do trabalhador, dependendo no modo como estejam presentes na organização.

Desse modo, a pesquisa apresentou como objeto de estudo os policiais do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Ceará, os quais apresentam são trabalhadores que apresentam atividades e exigências diferenciadas.

O Choque possui atualmente um efetivo de quinhentos e vinte e um policiais, divididos em cinco companhias, cada uma com sua especialidade: 1ª Cia/ COTAM (Comando Tático Motorizado), 2ª Cia/ CDC (Controle de Distúrbios Cíveis) a 3ª Cia/ GATE, a 4ª Cia/ Canil, e ainda a 5ª Cia/ COTAR (Comando Tático Rural), criada mais recentemente.

Ao discorrermos acerca do Choque, faz-se relevante entendermos os três termos presentes no brasão do batalhão, que definem com eficiência o ser ‘choqueano’: Coragem, Sacrifício e Abnegação. Segundo palavras dos próprios policiais, “coragem se refere a não dar para trás, a enfrentar o perigo, o inimigo”, “abnegação é nosso dia-a-dia, quando renunciamos da nossa vontade, quando nos colocamos em risco para salvar a vida dos outros”, e finalmente “sacrifício, que é o fato de não termos rotina, de termos

de estar sempre disponíveis, e passar pelo que for necessário para realizar nosso trabalho”.

O policial que atua no batalhão apresenta uma tarefa especializada, e de relevante importância para a sociedade, pois o trabalho deles se inicia quando ultrapassam os limites de atuação da polícia ostensiva de rua, como em ocasiões de maior complexidade. Eles pertencem a uma instituição maior, a Polícia Militar do Ceará, mas possuem também normas e hierarquias próprias, as quais acarretam num trabalho especializado.

No que se refere ao tempo, o trabalho do policial não se limita apenas ao horário de trabalho, extrapolando, em muitos momentos a carga horária pré-determinada, além de extrapolar os limites do ambiente de trabalho, pois há ocasiões em que a demanda exige um maior efetivo, e o policial que está saindo de folga, ou não está de serviço necessita assumir esta responsabilidade, pois é a vida de pessoas que está em jogo. Vale ressaltar que eles não possuem sequer jornada de trabalho definida por lei, possibilitando aos comandos organizarem e reorganizarem as rotinas de trabalho.

A partir dessas colocações iniciais, pensamos como se dá o trabalho policial do ‘choqueano’ e suas repercussões em sua vida dentro e fora do trabalho.

METODOLOGIA

Optamos realizar nossa pesquisa a partir de uma vertente quanti-qualitativa, apresentando como instrumentos entrevistas semiestruturadas, observação direta, além de visitas a Perícia Médica do Estado do Ceará, ao Instituto Histórico da PM CE, e às cinco companhias que compõem o Batalhão de Choque.

De modo a embasar os dados encontrados, foi realizada consulta documental com base em regimentos, códigos disciplinares, ou documentos administrativos da instituição, além do constante respaldo bibliográfico na obra de autores como Dejours, Sennet, Minayo, Muniz, Brasil, entre outros.

A pesquisa foi realizada com policiais das cinco companhias do Batalhão de Choque, os quais foram escolhidos aleatoriamente. Os entrevistados foram predominantemente do sexo masculino, com faixa etária entre vinte e quarenta anos, e apresentando pelo menos dois anos de Polícia.

Vale ressaltar que o presente estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada Projeto de Pesquisa Políticas de Segurança Pública, Trabalho Policial e Conflitualidades (Processo 552454/2011-7)(Chamada Pública MCT/CNPq/CAPES- Ação Transversal nº

06/2011- Casadinho/Procad), e realizada através do convênio entre a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa em questão tem por finalidade estabelecer uma comparação entre os resultados observados entre a realidade da Polícia Militar do Ceará e a da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Ela se divide em quatro eixos de estudo: Polícia e Juventude, Polícia Comunitária, Mulheres na Polícia, e Trabalho, no qual nossa pesquisa se encontra inserida.

1. AS ESPECIFICIDADES DO “FAZER POLICIAL”

1.1. Entre o Prescrito e o Real do trabalho

A relação do sujeito com seu trabalho aparece como objeto de estudo de vários autores, desde Marx¹ se prolongando a Sennet², Dejours³, dentre outros, os quais concordam no que se refere à importância do trabalho na vida do sujeito, não apenas como gerador de renda, mas também como fator de integração social. *“Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade”* (DEJOURS, 2011:38)

Porém, percebemos que, a cada dia que passa, as cobranças acerca do mundo do trabalho se complexificam, pois mais exigentes ficam as normas de trabalho, em busca de padronização das atividades e dos resultados, e por outro lado, aumenta a procura por trabalhadores flexíveis. Podemos perceber assim dois movimentos que podem nos parecer contraditórios: uma maior padronização, e uma maior flexibilização.

No que se refere à busca de padronização, percebemos que continuamente são criadas normas mais precisas sobre o modo de realizar as atividades, o que é chamado prescrito do trabalho. Porém, segundo Dejours (1992), o prescrito não tem como ser realizado do modo como é colocado, pois cada indivíduo ou equipe de trabalho apresenta um estilo de trabalhar, o que acabaria por fraudar o prescrito, gerando o real do trabalho.

A flexibilização, em contrapartida, segundo Gaulejac (2007) exige do trabalhador disponibilidade, aceitação em lidar com incertezas, adaptabilidade, investimento físico e mental, o que pode ser motivante, mas, por outro lado, obriga o trabalhador a estar constantemente em movimento.

¹ O Capital, 1988.

² A corrosão do caráter, 1999.

³ Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho, 2011

No momento atual, nos confrontamos com notícias sobre o trabalho dos policiais militares, as quais, em sua maioria são críticas sobre suas atuações ou omissões. Nesse contexto, a Instituição Policial Militar cobra desses trabalhadores a habilidade de improvisação, iniciativa, criatividade e o bom discernimento dos policiais, de modo a eles estarem preparados para responder por seus atos e intervir em diferentes situações, sempre tendo em vista a preservação da vida, inclusive da sua.

Espera-se assim, que o policial aprenda a lidar com o imprevisto da realidade do seu trabalho, porém respondendo de acordo com o previsto no código disciplinar (o prescrito), o que é ainda mais complexo quando nos deparamos com as precárias condições de trabalho oferecidas.

Segundo Muniz (1999):

O contato com uma espécie de “conhecer” saído da urgência dos fatos, que se confunde mesmo com o fazer e o agir, nos faz pensar que os policiais que patrulham as ruas nas nossas cidades sabem de coisas que não sabemos ou que não queremos perceber. Seu conhecimento é constituído aqui na esquina, dia após dia convivendo, de uma forma explícita e sem mediação, com a dimensão volátil, cômica, dissimulada, humilhante, violenta, confusa, vulnerável, trágica e freqüentemente patética daquilo que chamamos de humano.

Isso se confirma na fala dos policiais, que relatam que assim que saíram do curso de formação, não tinham nem idéia do que seria o trabalho profissional. Eles relatam que ser policial é uma profissão que só se aprende nas ruas, e que estar preparado para ser policial é estar pronto para ser convocado a qualquer momento, e para qualquer tipo de operação: ‘Missão dada é missão cumprida’. Eles precisam ter sensibilidade e flexibilidade para saber como agir de forma diferenciada, seja numa reintegração de posse, numa penitenciárias em chamas, num seqüestro ou simplesmente numa resolução de brigas de família.

Os policiais relatam que lidar com o imprevisto faz parte do ‘ser policial’, e que já fazia parte de suas rotinas mesmo quando trabalhavam nas ruas ou em outros batalhões (antes de virem para o Choque).

A instituição PMCE exige dos policiais a habilidade de iniciativa, compromisso, e bom discernimento, estando sobre sua responsabilidade a capacidade de intervir em todos os tipos de situações, na maioria envolvendo riscos de vida. Para isso, o policial precisa aprender a lidar com o imprevisto do seu ofício, pois ele é cobrado não apenas pela instituição, mas também pela própria sociedade. E devido a especificidade da sua atividade, um erro seu pode custar vidas.

De acordo com Dejours (2011), o trabalho exige do indivíduo seu corpo todo, numa constante busca de enfrentar o que não é dado pela organização do trabalho (o prescrito). No cotidiano de trabalho percebe-se que aquilo que fora proposto como descrição do trabalho é vivido na prática de modo muito mais complexo, exigindo não apenas o corpo do trabalhador, mas também sua capacidade de criar e de agir perante o não previsto.

Há desse modo, diferenciação no que se refere a tarefa e atividade, sendo a primeira aquilo que era previsto, e a segunda o que se faz realmente. *“Para enfrentar a realidade do trabalho, é necessário mobilizar uma forma de inteligência que convoca o corpo todo – inteligência do corpo – e não apenas o funcionamento cognitivo”* (DEJOURS, 2011: 155). E no caso dos policiais ter a flexibilidade, por um lado, e a firmeza de outro.

Esse processo de descompasso entre prescrito e real do trabalho, gera no indivíduo, segundo Ferreira & Barros (2003), vivências de prazer-sofrimento, as quais podem levar a sobrecarga de trabalho.

1.2. Relações de Poder e Reconhecimento no trabalho policial

O trabalho do policial é perpassado pelos mecanismos disciplinares e pela hierarquia (Foucault, 2009), desde o momento da inserção do policial na instituição, seja enquanto praça ou oficial. De acordo com o explanado por Albuquerque e Machado (2001), a Polícia Militar apresenta uma cultura que é repleta de ritos, como exemplificado pelos cursos de formação, de nivelamento ou formatura. Através desses ritos os homens aprendem que para fazer parte desta instituição eles terão que participar, e mais do que isso, introjetar as normas, leis e uma cultura organizacional, que é estruturalmente hierárquica e disciplinar.

Os mecanismos disciplinares estão presentes desde o regimento da instituição estadual, até a prática cotidiana. O regimento oficializa a presença de uma vigilância hierárquica, da qual Foucault apresenta como um dos instrumentos essenciais do poder disciplinar. No caso em questão, as patentes dos policiais traduzem uma obediência que deve ser seguida, independente das circunstâncias em questão. Dessa forma, a praça sempre deverá obediência a um oficial, independente de trabalharem juntos ou não, e em muitos casos, inclusive fora do ambiente e do horário de trabalho.

O que observamos, nas atuais circunstâncias, é que ao entrar na polícia, o sujeito opta não apenas por uma carreira profissional, mas por uma escolha de vida, na qual, de

acordo com o apresentado nas normas ele deve estar sempre à disposição do Estado. Esse pressuposto da necessidade de disposição em tempo integral tem por consequência uma jornada de trabalho não definida (o que varia de acordo com a legislação de cada estado), podendo ser convocado estando de serviço ou de folga. Isso acarreta para o policial uma corrupção de seu tempo fora do serviço, uma invasão da identidade de policial aos outros papéis que realiza junto a família e a sociedade, o que leva, em alguns casos a problemas de relacionamento que alguns apresentam no âmbito privado. Além disso, jornadas indefinidas podem se transformar em longas jornadas, conforme o efetivo disponível. No caso cearense, esse efetivo é abaixo do recomendado pela ONU, o que compromete o tempo de recuperação física e psicológica do indivíduo diante de jornadas excessivas.

De acordo com Foucault (2009), o poder disciplinar consiste num conjunto de técnicas para organizar as massas visando à construção de indivíduos úteis para o trabalho, porém desvalorizados, em que a vida do sujeito perde a importância perante o objetivo geral de disciplina e ordem. Por isso, é de extrema importância pensar o policial enquanto sujeito, uma vez que, muito embora Foucault destaque a positividade trazida por essa rede disciplinar, em realidade ela não será efetiva enquanto justificar a exaustão do trabalho do policial.

De acordo com o depoimento dos policiais entrevistados, é neste lugar de total submissão que o policial se encontra, cercado por normas, sentindo-se e sendo vigiado 24 horas pelo Estado, através da Controladoria⁴, ou pela sociedade, no dia-a-dia de seu trabalho. Tomando como base Foucault, o policial, na função de agente do poder disciplinar, exerce um poder onipresente e onisciente, mas também recebe um controle de todos os lados. É como se a sociedade fosse um grande panóptico em que mesmo os que estão ali como vigias, em determinado momento também são vigiados. E a punição para eles possui uma dupla dimensão, uma vez que, respondem enquanto militares e civis, já que devem obediência a ambos os códigos.

Tomando como exemplo, podemos citar aspectos do código disciplinar da Polícia Militar do Ceará, o qual apresenta pontuações para tudo que o policial realiza no decorrer de sua vida profissional, mas que de forma geral aparece como injusta. A pontuação que ele ganha pela conclusão de um curso de especialização é quase

⁴ Órgão do Estado criado para controlar e punir, quando necessário erros ou desvios nas atividades policiais.

semelhante a que ele perde por indisciplina, ou mesmo não apresentação com o uniforme em condições adequadas.

O policial aprende desde cedo que ele vive num mundo hierárquico, e que deve obedecer ordens, na maioria das vezes sem a oportunidade de sequer questioná-los, sob pena de ser julgado por indisciplina.

Aqui falamos acerca das cobranças e da disciplina que acompanha o policial tanto no âmbito do prescrito, como principalmente no real do seu trabalho. Porém, outro ponto importante que também colabora para a saúde desse policial é o fator reconhecimento.

Segundo Dejours (2011), o indivíduo, ao realizar seu trabalho está contribuindo, e desse modo passa a esperar certa retribuição da organização, que se daria em termos simbólicos representado pelo reconhecimento. O autor distingue dois tipos de reconhecimento: o de utilidade, proferido pelos superiores hierárquicos, e o de estética, proferido pelos pares. Acredito ainda poder acrescentar, no caso do trabalho dos policiais o reconhecimento da sociedade.

Para o autor, o reconhecimento é um dos fatores que podem transformar o sofrimento do trabalho em prazer, construindo um novo sentido na vida do trabalho. E como trabalhar quando este reconhecimento falta? Ou quando ao invés de reconhecimento o trabalhador se vê cercado apenas de cobranças e críticas.

A realidade do trabalho policial no Ceará hoje apresenta-se desestimulante. A sociedade os critica e os condena, e o reconhecimento que deveria vir pelo menos dos superiores quase não existe. Sem falarmos de como o Estado reconhece esses trabalhadores, pois exige deles toda uma responsabilidade, e não lhes dá pelo menos o básico: condições de trabalho e respeito ao período de promoção.

Desse modo, os sujeitos encontram-se desestimulados, cansados, estressados, e buscando na identidade que possuem com o *ethos* policial um motivo para permanecerem na linha de frente.

2. RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR

Segundo dados da Perícia Médica do Ceará, a cada dia, em média, dez policiais dão entrada com pedidos de LTS⁵. Ao observarmos os arquivos cedidos pelas associações, juntamente com relatos de profissionais da Perícia ou mesmo dos próprios policiais, o policial hoje encontra-se em adoecimento. E vários são os fatores que aparecem enquanto riscos à saúde desses sujeitos.

Primeiramente citamos a própria atividade policial, que segundo Dejours (2011) demanda altos níveis de disponibilidade, flexibilidade, aceitação da incerteza, mobilização física e mental, além da proximidade diária da morte, seja quando estão de serviço ou mesmo de folga, que pode ser percebida pela descrição de Muniz (1999):

Os “mundos” que os PMs visitam e que constituem o seu próprio mundo policial são difíceis de descrever, são duros de explicar e, em boa medida, são desagradáveis de assistir e de frequentar por muito tempo. É preciso “ter estômago” para socorrer um homem anônimo caído na calçada sufocando-se em seu próprio vômito. É preciso segurar a sensação de náusea diante de cenas nas quais se encontram indivíduos mutilados, corpos baleados feito peneiras e cadáveres em decomposição.

Mas esses não são os principais fatores de adoecimento. Percebemos que o problema vem desde o defasado número de policiais/ número de habitantes, aos baixos salários (os oficiais são os que apresentam um dos piores salários no Brasil), das condições de trabalho (jornada de trabalho não determinada), dentre outros.

Porém, de acordo com o percebido, o fator principal de desmotivação e adoecimento é a falta de investimento no homem. Os policiais não se sentem reconhecidos seja pelo Estado ou pela sociedade. No que se refere ao Estado, eles reclamam do tempo que demoram para ser promovidos, que geralmente passa do tempo previsto em muitos anos. Além disso, há falta de cuidado com o homem, representada pelo reduzido quadro de saúde (uma psicóloga, nenhum psiquiatra), e até mesmo pelo modo como os policiais afastados são recebidos quando retornam ao serviço, sem acompanhamento ou cuidado.

Desse modo, o policial requer estratégias defensivas especiais para conseguir lidar com seu trabalho, e posteriormente também com sua vida. Segundo Dejours (2011), a realidade do trabalho propicia que o trabalhador jogue com o sofrimento, na esperança que as criações sociais se tornem úteis. Porém, esse mecanismo de defesa nem sempre consegue manter a saúde do trabalhador, pois a partir da fadiga o sujeito pode chegar até mesmo a paralisar seu funcionamento psíquico, adoecendo.

⁵ Licença para Tratamento de Saúde

CONCLUSÃO

Concluimos assim, que desde o princípio de sua formação, o policial militar se depara com a diferença que há do período de formação para a atividade prática, para o abismo entre o prescrito e o real do trabalho, o qual é bem mais intenso, e exige maior habilidade e espírito de improvisação por parte dos trabalhadores.

Nesse contexto, percebemos que o trabalho policial engloba um ‘saber fazer’ complexo, no qual exige dos profissionais disponibilidade e flexibilidade, e ao mesmo tempo um trabalho que está sempre pautado por normas, mais especificamente no que se refere ao trabalho dos policiais do Batalhão de Choque, devido às especificidades de sua atividade. Isso somado à responsabilidade que o policial tem de, diferentemente de outras profissões, exercer o cargo 24 horas por dia, devido a ‘levar’ a postura e o dever de defesa social para o lar, para seus dias de folga.

A questão da habilidade do policial ter que desenvolver exige muito dele e a sua desenvoltura frente à sociedade que por muitas vezes não compreende que por trás da farda está um ser que é gente, que sente como qualquer um deles e acaba não reconhecendo o trabalho desse profissional, que sente que sua atividade não é valorizada, e caso fosse reconhecida poderia contribuir para o seu bem-estar, visto que o reconhecimento pode transformar o sofrimento do trabalho em prazer.

Esses profissionais ficam presos a regimentos e normas de conduta onde não podem exercer o direito de se expressar enquanto funcionário público e servidor da sociedade, por melhorias das condições de trabalho e em busca de reconhecimento por parte do Estado, no que se refere à demora das promoções de praças e oficiais. Conseqüentemente, esse trabalho demanda um enorme esforço físico e psicológico, gerando sofrimento, estresse e ansiedade. E quando este sujeito adoece, ele se encontra só, sem acompanhamento psicológico, e sem preocupação por parte do estado em cuidar da saúde dos que se encontram todos os dias cuidando de nossa segurança e mantendo nossas vidas

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos; MACHADO, Eduardo. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n 05, p. 214-237, 2001.

ALONSO, Luis Enrique. Sujeito y Discurso: el lugar de la entrevista abierta em las prácticas de la sociología qualitativa. In: _____ DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (Coord.). **Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales**. Madrid: Editoria Síntesis, 1995.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 1. ed. Bauru, SP: Canal6 editora, 2013.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. **Polícia**: Instrumento “Panóptico” da sociedade moderna?. 1989.139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.42, p.481-489, 2004.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão**: O sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. 236 p. 23 cm. (Polícia Amanhã.) ISBN 85-353-0220-4

FERREIRA, Mário César; BARROS, Paloma de Castro da Rocha. (In)Compatibilidade Trabalho Prescrito -- Trabalho Real e Vivências de Prazer-Sofrimento dos Trabalhadores: Um Diálogo entre a Ergonomia da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho. **Alethéia**, Canoas RS. 2003

FRAGA, Cristina. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**. n.6, ano V, 2006.

FREITAS, Geovani Jacó; MELLO, Paulo Décio de Arruda; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Organizações Policiais em Revista**. Campinas, SP: Pontes, 2009. 138p. (Conflitos Sociais e Práticas Políticas) ISBN 978-85-7113-294-8.

FREITAS, Marcela de. Fortaleza é a 7ª cidade entre as 50 mais violentas no mundo. Marcela de Freitas, 23 de mar. 2014. Disponível em: < <http://www.cearaagora.com.br/site/2014/03/fortaleza-e-a-7a-cidade-entre-as-50-mais-violentas-do-mundo/>> Acesso em 25 mar. 2014.

HOLANDA, João Xavier de. **Polícia Militar do Ceará** (origem, memória e projeção), Vol I, Fortaleza, IOCE, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. 1 v.

MEDEIROS, João. **Redação Científica**: A prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(11), p. 2767-2779, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Coord.). **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos

policiais militares do Rio de Janeiro. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **“SER POLICIAL É SOBRETUDO UMA RAZÃO DE SER”** Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 289f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado:** Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 146 p. (Antropologia da Política) ISBN 85-7316289-9

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Maurivan; VIEIRA, Sarita. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008.

WEBER, Max. **Sociologia.** Gabriel Cohn (Org.). 3. ed. São Paulo: Ática.